

**EDUCAÇÃO INFANTIL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UMA ANÁLISE DA
PRODUÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO (2019-2023)**

EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS: AN ANALYSIS OF
ACADEMIC PRODUCTION IN EDUCATION (2019-2023)

EDUCACIÓN INFANTIL Y RELACIONES ÉTNICO-RACIALES: UN ANÁLISIS DE LA
PRODUCCIÓN ACADÉMICA EN EDUCACIÓN (2019-2023)

Joelson Alves Onofre ¹
Claudiana Aparecida Santos Portugal ²
Keyla Fernanda Duarte Oliveira ³
Jéssica de Oliveira Araújo ⁴
Erisvaldo Pereira dos Santos ⁵

Manuscrito recebido em: 10 de julho de 2024.

Aprovado em: 16 de setembro de 2024.

Publicado em: 11 de novembro de 2024.

Resumo

As discussões relativas à infância, à Educação Infantil – EI – e às relações raciais têm ocupado importante espaço nos debates teóricos e acadêmicos. À vista disso, este trabalho tem como propósito identificar a produção acadêmica que aborda a Educação Infantil e as Relações Étnico-raciais nos últimos cinco anos (2019 a 2023), além de analisar os escopos dessa produção para compreender o que dizem as pesquisas atuais a respeito da temática. Assim sendo, este artigo assume um desenho metodológico de caráter qualitativo, de natureza bibliográfica e exploratória (Gil, 2002; Oliveira, 2010). Para cumprir com os objetivos propostos, realizamos um levantamento das pesquisas científicas que tratam da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais em um

¹ Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professor na Universidade Estadual de Santa Cruz. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Alteridade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3021-1234> Contato: joelson.onofre@aluno.ufop.edu.br

² Mestranda em Educação e graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professora na Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Alteridade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-003-4505-0717> Contato: claudiana.portugal@aluno.ufop.edu.br

³ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto. Especialista em Ensino de História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Alteridade.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7661-7685> Contato: keyla.oliveiral@aluno.ufop.edu.br

⁴ Mestranda em Educação e graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Ouro Preto. Membro do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Alteridade.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4580-6001> Contato: jessica.araujo1@aluno.ufop.edu.br

⁵ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenador do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Alteridade.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3867-779X> Contato: erisvaldo@ufop.edu.br

recorte temporal de cinco anos (2019-2023) a partir de duas bases de dados: Scielo e Portal de Periódicos da Capes. Os aportes teóricos que ancoram este estudo baseiam-se na Sociologia da Infância, em diálogo com Sarmiento (2007), na Educação Infantil e nas Relações Raciais, com Cruz (2024), Santiago (2013, 2020) e Noguera (2020). Nesse sentido, os resultados mostram que as discussões no campo da Educação Infantil avançaram após duas décadas da promulgação da lei n.º 10.639/03. Contudo, os trabalhos feitos nesse contexto de pesquisa são incipientes do ponto de vista do marco legal e das diretrizes dela oriundas. Isso porque as evidências apontaram pouca produção na área, considerando a conjuntura recente das políticas de Educação Infantil e das legislações concernentes às questões raciais.

Palavras-chave: Educação infantil; Relações étnico-raciais; Pesquisa acadêmica.

Abstract

Discussions regarding childhood, Early Childhood Education (ECE), and racial relations have occupied an important space in theoretical and academic debates. Therefore, the purpose of this paper is to identify the academic production addressing Early Childhood Education and Ethnic-Racial Relations over the past five years (2019 to 2023), as well as to analyze the scope of current research on this subject. This study follows a qualitative, bibliographic, and exploratory methodological design (Gil, 2002; Oliveira, 2010). To achieve the objectives, we conducted a scientific research on Early Childhood Education and Ethnic-Racial Relations over a five-year period (2019-2023) using two databases: Scielo and the Capes Journal Portal. The theoretical framework of this study is based on the Sociology of Childhood (Sarmiento, 2007), Early Childhood Education, and Racial Relations, with contributions from Cruz (2024), Santiago (2013, 2020), and Noguera (2020). The results show that discussions in the field of Early Childhood Education have progressed two decades after the enactment of Law No. 10.639/03. However, research in this area remains limited in terms of its alignment with the legal framework and the guidelines produced from it. The evidence indicated low volume of academic production, considering the recent context of Early Childhood Education policies and legislation concerning racial issues.

Keywords: Early childhood education; Ethnic-racial relations; Academic research.

Resumen

Las discusiones sobre infancia, Educación Infantil –IE– y relaciones raciales ocupan un espacio importante en debates teóricos y académicos. Este trabajo busca identificar la producción académica que aborda la Educación Infantil y las Relaciones Étnico-raciales en los últimos cinco años (2019 a 2023), y analizar sus alcances para comprender lo que dicen las investigaciones actuales sobre el tema. Este artículo asume un diseño metodológico cualitativo, bibliográfico y exploratorio (Gil, 2002; Oliveira, 2010). Para cumplir los objetivos, realizamos un levantamiento de investigaciones científicas sobre Educación Infantil y Relaciones Étnico-raciales en cinco años (2019-2023) en dos bases de datos: Scielo y Portal de Periódicos da Capes. Los aportes teóricos se basan en la Sociología de la Infancia, en diálogo con Sarmiento (2007), en Educación Infantil y Relaciones Raciales, con Cruz (2024), Santiago (2013, 2020) y Noguera (2020). Los resultados muestran que las discusiones en Educación Infantil avanzaron dos décadas después de la ley n.º 10.639/03. Sin embargo, el trabajo en este contexto investigativo es incipiente desde el punto de vista del marco legal y sus lineamientos. Esto se debe a que la evidencia mostró poca producción en el área, considerando la situación reciente de las políticas y legislaciones de Educación Infantil en materia racial.

Palabras clave: Educación infantil; Relaciones étnico-raciales; Investigación académica.

Introdução

O presente artigo parte de nossas reflexões e indagações oriundas do componente curricular *Seminários Temáticos XXI - Pesquisas em Educação das Relações Étnico-Raciais e Infâncias*, oferecido em um Programa de Pós-graduação em Educação. As proposições nesta escrita são fruto de nossas análises e nosso compromisso com uma educação antirracista, com foco na etapa da Educação Infantil.

Considerando as atividades desenvolvidas durante o componente curricular, a exemplo das leituras e discussões de textos específicos, dos seminários temáticos e dos diálogos profícuos a respeito do tema da Educação Infantil na perspectiva da diversidade, especialmente com enfoque no marcador racial, dispusemo-nos a reunir observações que permitissem avançar na discussão sob um paradigma antirracista na Educação Infantil.

Desse modo, objetivando provocar debates em torno dessa questão, assumimos dois objetivos: 1) identificar a produção acadêmica em Educação que trata da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais nos últimos cinco anos (2019 a 2023) e 2) analisar os escopos dessa produção com a finalidade de conhecer o que dizem as pesquisas atuais sobre essa temática.

A relevância desta proposta se justifica no fato de que as crianças da Educação Infantil são participantes das pesquisas e não apenas objetos a serem observados e analisados. Essas crianças vivem em uma sociedade racializada, a qual define os lugares e espaços, sendo notados por elas e confrontados por meio do choro, da indisciplina, dos desenhos, das palavras ou de qualquer outra forma de expressarem seu descontentamento.

Diante disso, entendemos que as crianças sejam as principais interessadas nesta averiguação, pois enfrentam cotidianamente as situações de racismo presentes na Educação Infantil. Em adição, tencionamos possibilitar que professores, principalmente os atuantes na Educação Infantil, gestores, coordenadores e demais interessados conheçam e ampliem suas referências em torno do debate sobre as Relações Étnico-raciais nessa etapa da Educação Básica.

Sob essa linha de pensamento, evidenciando o protagonismo das crianças negras nos estudos, bem como a percepção racial que elas possuem, Flávio Santiago (2020, p. 10) descreve uma resposta dada por uma criança negra ao ser questionada se iria colocar uma boneca, também negra, para dormir: “não é nenê, ela é preta, se vira sozinha!”. No mesmo sentido, Bispo (2021, p. 108) salienta que, após uma exposição em uma oficina sobre a importância dos negros no processo de colonização no Brasil, os alunos afirmavam verbalmente que eram pretos, “falando da sua cor e raça com orgulho e animados”. É possível trazer também à cena os trabalhos de Borges e Maletta (2023, p. 148), que apresentam relatos de professoras sobre vivenciar situações nas quais crianças, em negação, associam sua cor de pele ao lápis de cor mais claro, refutando sua identidade.

Os pontos levantados pelas autorias são exemplos de como as crianças percebem e reverberam as questões étnico-raciais em sua prática social cotidiana, reafirmando a necessidade de que, nas instituições escolares, a Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) seja um ponto transversal nos diversos campos de experiência da Educação Infantil. Nesse cenário, ganha relevância a lei n.º 10.639/03 (Brasil, 2003), que nos impele a continuar a buscar por uma sociedade sem racismo, sem desigualdades, justa, democrática e equânime, em que as crianças negras sejam respeitadas, valorizadas e reconhecidas em suas singularidades e memórias, além de terem suas histórias positivadas.

Nesse viés, este artigo se fundamenta teoricamente em autores que se debruçam sobre as Relações Étnico-raciais e a Educação Infantil e que permitem avançarmos na perspectiva de uma educação antirracista. Na produção teórica internacional, dialogamos com Sarmiento (2007), e, em nível nacional, acionamos Cruz (2024), Oliveira e Abramowicz (2010), Nogueira (2020), Santiago (2013), entre outros(as) que nos auxiliam epistemologicamente na discussão da temática. A questão que impulsionou nossa investigação foi: o que as pesquisas em educação têm sinalizado sobre a Educação Infantil e as Relações Étnico-raciais?

As publicações científicas no campo da Educação Infantil, etapa desenvolvida durante a infância, e das Relações Étnico-raciais têm se destacado nos últimos anos com importantes estudos (Carvalho, 2013; Cavalleiro, 2011; Dias, 2007, 2012, 2015; Moruzzi; Abramowicz, 2015; Marinho; Martins, 2017; Pinho; Santos, 2014; Santiago, 2013; Silva, 2017),

os quais reforçam a necessidade de pautar e tensionar esse debate no campo educacional, especialmente nas dimensões da política educacional, do currículo, da formação inicial e continuada de professores, da valorização da identidade negra e da prática pedagógica.

Os 21 anos de promulgação da lei n.º 10.639/03 ainda ressoa como compromisso inadiável no enfrentamento do racismo na educação e no combate a todo tipo de preconceito e discriminação. Cabe realçar, nessa direção, que as infâncias negras não estão excluídas dessa cruel realidade. As crianças são severamente atingidas, sofrem discriminação racial no ambiente escolar, tendo suas identidades e subjetividades impactadas pelo racismo. Todavia, as pesquisas têm registrado avanços em termos de valorização, reconhecimento e imagem positiva das identidades das crianças negras (Raimundo; Terra, 2021; Lima; Lima, 2023; Bispo, 2021; Santiago, 2020).

Além disso, é oportuno citar a mais nova obra organizada por Otávio Henrique Ferreira da Silva (2024), que reúne artigos de relevantes autores(as) num movimento teórico e metodológico de apresentar as investigações realizadas no âmbito das infâncias, da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais a partir da comemoração dos 20 anos da lei n.º 10.639/03, quando esse marco legal ainda nos aponta possibilidades e desafios em relação ao trato das questões raciais. Os assuntos e temas, abordados pelos(as) estudiosos(as), visam problematizar diversas realidades concernentes às infâncias e à Educação Infantil, uma temática que nos é cara enquanto pesquisadores(as) dessa área de conhecimento.

Nesse sentido, nosso intuito é avultar a contribuição desses trabalhos para o combate ao racismo, mas não somente. Também apresentamos e analisamos as potentes pesquisas que nos permitem lançar novos olhares sobre essa temática, utilizando lentes epistemológicas outras, no sentido de refletir sobre a Educação Infantil numa ótica de reconhecimento e valorização dessa etapa fundamental da infância, a qual é promotora da cidadania, do respeito e do acolhimento das variadas culturas infantis, do viver, do expressar-se, do conhecer-se, do comunicar-se, enfim, do mosaico plural das crianças e de sua riqueza experiencial.

No que toca aos aspectos metodológicos, este artigo é de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório (Gil, 2002; Oliveira, 2010). Nessa orientação, realizamos

um levantamento das produções científicas que tratam da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais nos últimos cinco anos (2019 a 2023) em duas bases de dados: Scielo e Portal de Periódicos da Capes.

Isso posto, o artigo está organizado em cinco seções. A primeira aborda as categorias de infância e raça sob a perspectiva da Sociologia da Infância. A segunda discute a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica a partir dos marcos legais, interseccionando com a discussão das relações raciais. A terceira seção explicita o percurso metodológico do trabalho. A quarta seção expõe os resultados e a análise das pesquisas em educação localizadas nas bases de dados, apresentando o que dizem acerca da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais. Por fim, são tecidas algumas considerações, retomados os principais pontos versados e sinalizadas as lacunas existentes relacionadas à temática e as possíveis investigações no campo.

Infância e raça

Sustentamos, nesta escrita, ser preciso apreender os conceitos de infância e raça como categorias analíticas que têm sido construídas histórica e socialmente para, então, analisar como o demarcador racial vem sendo tratado nas pesquisas sobre a Educação Infantil. Vale mencionar que, de acordo com nosso ponto de vista, a Educação Infantil atende alunos de 0 a 5 anos, ou seja, é uma etapa de desenvolvimento dentro da infância, fase que abarca sujeitos de 0 a 12 anos de idade.

Infância é um conceito histórico-cultural em disputa, pois a educação, com base nos preceitos da Sociologia da Infância, tem questionado o modo como o conhecimento sobre as crianças foi legitimado ao longo do tempo. Portanto, essa discussão influi diretamente na produção acadêmica envolvendo as Relações Étnico-raciais na Educação Infantil.

Sarmiento (2007) esclarece que o entendimento da infância como uma etapa própria do desenvolvimento humano ocorreu junto à concepção de que os diferentes espaços, pertencças culturais e hierarquias sociais influenciam esse desenvolvimento. Tal pensamento rompe com as noções que consolidaram a forma como a educação idealizou infância no decorrer da história.

As análises tradicionais assentavam-se em uma infância única, universal, que só se concebe através do pressuposto da incompletude da criança em relação ao seu destino de vir a ser adulto, isto é, da impossibilidade de as crianças serem capazes de interagir, produzir, refletir e gerar conhecimento mediante os determinantes culturais nos quais foram forjadas. No entanto, as recentes abordagens sociológicas partem da centralidade das crianças e de suas capacidades próprias de produzir categorias de análise nas e sobre suas diferentes infâncias (Sarmiento, 2007, p. 25-45).

Essa análise indica que o problema histórico de desvalorização da criança no contexto educacional vem sendo superado, como pontuam Gomes e Santana (2020). Entretanto, se, por um lado, segundo essas autoras, a Educação Infantil celebra conquistas qualitativas, tendo em conta os aspectos cognitivo, afetivo, social e cultural das crianças no geral, por outro lado, essas conquistas atingem de forma diferenciada as crianças negras. Desse modo, tal etapa apresenta dificuldade de identificação dos diferentes sujeitos contemplados pela Educação Infantil como sujeitos de conhecimento.

Consideramos que a leitura atual sobre a infância exige que a diversidade, percebida como própria das várias infâncias nessa dinâmica, esteja presente e tenha voz nas pesquisas em educação. Em face dessa problemática, refletimos como o conceito de raça se une ao de infância num esforço teórico de compreensão sobre as infâncias negras.

Importa aludir que a colonização e a escravização impuseram classificações entre os seres humanos em função da raça e da cor, sendo o negro julgado como inferior nessa categorização. Embora legalmente tenha cessado o processo de escravização de pessoas negras, próprio do empreendimento colonialista iniciado no século XV, esses indivíduos vivenciam cotidianamente as mazelas desse arranjo racial.

Dado isso, as produções científicas que versam sobre infância e raça partem da politização desse termo, uma vez que, ainda que comprovada a igualdade biológica entre brancos e negros, o racismo impregna as vivências das crianças na Educação Infantil.

Em virtude dessas mazelas históricas, os trabalhos na área de educação enfatizam, com recorrência, a necessidade de dar visibilidade à questão racial em seus objetivos de investigação. Nessa esteira, identificamos frases como: “uma questão relevante para

nosso estudo está na interrogação: como o racismo impacta as crianças negras na sociedade brasileira?” (Nogueira, 2020, p. 5); “o objetivo foi analisar as práticas educativas que ocorrem na creche, verificando as maneiras como essas práticas produzem e revelam a questão racial” (Oliveira; Abramowicz, 2010, p. 209); “este artigo discute dimensões da implementação da Lei nº 10.639/2003, [...]. Para tanto, toma como objeto as percepções de professores(as) [...] relacionadas à temática racial [...]” (Alves; Teixeira; Santos (2022, p. 450).

Tais passagens demonstram ser recursivo desvelar o mito da democracia racial, explicado por Corsino (2021, p. 5) da seguinte maneira:

[O mito da democracia racial é] responsável por silenciar os danos e conflitos raciais cotidianos, assim como a desconstrução da ideologia do branqueamento, responsável por construir identidades preconceituosas, que inferiorizam a população negra no Brasil (Corsino, 2021, p. 5).

Dessa forma, as pesquisas da área são uma resposta ao apagamento da temática na Educação Infantil, quando a finalidade é discutir raça nessa fase própria da infância. Na visão de Ferreira (2019, p. 476), “a democracia racial brasileira, alardeada por anos, assevera a ideia de que as relações de raça seriam harmoniosas”. Esse ideário de relações amistosas entre os grupos raciais, disseminado ainda hoje na sociedade, desemboca na escola e repercute nas práticas pedagógicas, sendo resultado também do racismo estrutural, conforme mencionado por Almeida (2018).

Em nossa percepção, o reconhecimento do recorte étnico-racial na análise das infâncias pode contribuir para transformar a Educação Infantil em um ambiente representativo e acolhedor das diferenças. A bibliografia sobre o assunto chama a atenção para pedagogias focadas na linguagem visual, nos sons, na fala, na escrita e no corpo, como exposto por Raimundo e Terra (2021).

Em consonância com Braga e Gonçalves (2020), tais abordagens são proporcionadas por uma formação docente metodologicamente calcada nas diferenças e no conhecimento dos povos africanos, afro-brasileiros e originários. Outrossim, faz-se primordial a implementação de políticas públicas pensadas à luz dessa diversidade (Oliveira; Nogueira, 2023).

Destarte, as investigações atuais apontam para um campo de saber criado pelas e para as crianças negras por meio das narrativas, vivências e pesquisas sobre suas infâncias. Referente a isso, Andrade e Dias (2024) afirmam que as experiências dessas crianças integram a luta antirracista, pois, conscientes da opressão da raça, elas constroem outras narrativas que, portanto, servem de subsídio para a construção de uma educação para as Relações Étnico-raciais.

Na seção seguinte, discorreremos acerca da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais, revelando a importância da lei n.º 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCNERER; Brasil, 2004) a fim de pensarmos a respeito da efetivação de uma educação antirracista desde a infância, ecoando, conseqüentemente, nos espaços da Educação Infantil.

Educação infantil e Relações Étnico-raciais

A partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996), a Educação Infantil passa a ter maior reconhecimento e atenção no âmbito das políticas públicas sociais e educacionais (Santos, 2016). Nesse ordenamento legal, a criança é considerada sujeito de direito e a educação, por seu turno, é tida como direito de todas as crianças. Diante disso, esses marcos legais representaram um grande avanço ao instituir que é dever do Estado assegurar a Educação Infantil (Vieira, 2016).

Tal cenário demonstra a mudança da noção de criança e infância, sobretudo ao romper com a perspectiva assistencialista de educação e colocar em relevo a garantia de direito a uma educação equânime e de qualidade. Nesse âmbito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem a Educação Infantil como a:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social (Brasil, 2010, p. 12)

Essa caracterização pressupõe a observância da concepção pedagógica que deve nortear o trabalho nessa etapa de ensino. As Diretrizes designam que tal proposta deve garantir e cumprir duas funções: a sociopolítica e a pedagógica. Com isso, em relação à diversidade – e mais especificamente no que tange ao nosso objeto de estudo –, o documento curricular sublinha que se deve prever condições para o trabalho coletivo, organização de materiais, espaços e tempos que propiciem “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação” (Brasil, 2010, p. 21).

Conforme assinalam estudiosos como Vila Nova (2023), a exclusão da população negra imposta no período colonial ainda se faz presente na atualidade. Esse grupo social foi negligenciado historicamente e impedido de usufruir das dimensões sociais básicas, a exemplo da educação, que é marcada pela diferenciação do acesso e da qualidade educacional.

Segundo Alves, Barbosa e Ribeiro (2016), a precarização e a baixa qualidade, além da desigualdade de oportunidades, são fatores que estão diretamente ligados ao pertencimento étnico-racial. Os autores frisam que a discriminação racial inferioriza as crianças negras e a propagação desse racismo faz com que a cultura negra seja ignorada. Desse modo, as crianças negras são colocadas em posição de subalternidade num espaço de Educação Infantil que torna invisível a diversidade e as diferenças existentes em nosso país.

Assim, políticas sociais, leis e diretrizes têm sido efetivadas com a intenção de estabelecer uma educação para as Relações Étnico-raciais e fazer com que as instituições de Educação Infantil deixem de ser espaços de reprodução do racismo e das desigualdades raciais, tornando-se, em vez disso, espaços de enfrentamento do racismo e de valorização das culturas infantis.

Para ilustrar, a promulgação da lei n.º 10.639/03 e a implementação da Resolução n.º 3/2004 e do Parecer do Conselho Nacional de Educação (Conselho Pleno 001/2004), o qual determina a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino da Educação Básica, foram ações do poder público resultantes de uma longa história de luta dos movimentos negros.

A aprovação da lei n.º 10.639/03 possibilitou que novas investigações quanto à temática da educação para as Relações Étnico-raciais se ampliassem, viabilizando discussões sobre discriminações e preconceitos em vários ambientes e permitindo análises das relações firmadas entre estudantes de diferentes níveis de ensino (Coelho; Ferreira, 2023, p. 525).

Perspectivamos, tal como Coelho e Ferreira (2023), que os marcos legais atinentes à Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) reorientam epistemologicamente a narrativa sobre a história do Brasil e o lugar dos agentes no combate ao racismo e ao preconceito no contexto escolar (Coelho; Ferreira, 2023). Por conseguinte, a legislação obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira, define diretrizes a serem seguidas e promove uma reeducação das relações raciais no âmbito educacional.

Santiago (2013) acentua que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira são uma política de currículo instituída em dimensões históricas, culturais, sociais e antropológicas, provenientes da realidade brasileira, com o propósito de erradicar o racismo e as discriminações que afetam a população negra. Nas palavras do autor:

A educação das relações étnico-raciais se fundamenta como uma política de reconhecimento que '[...] requer adoções de políticas educacionais que valorizem a diversidade, a fim de superar as desigualdades étnico-raciais presentes na sociedade' (Brasil, 2004a, p. 11) bem como de reparação para a educação dos negros, '[...] buscando a valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos' (Brasil, 2004a, p. 11). Isso implica, necessariamente, em reformas educacionais e no reposicionamento de nossos educadores (Santiago, 2013, p. 28).

Nesse sentido, tal política desempenha uma função fundamental quando se trata do combate ao racismo, visto que a constituição de uma educação para as Relações Étnico-raciais objetiva criar oportunidades para que todas as pessoas tenham condições de exercer cidadania plena. Logo, essa construção demanda respeito, conhecimento e valorização de todas as culturas pertencentes às raízes da cultura brasileira.

Para além disso, Santiago (2013) argumenta que a fundamentação de uma educação para as Relações Étnico-raciais demanda reformas educacionais e reposicionamento dos educadores. A esse respeito, o autor destaca o segundo artigo da Resolução n.º

1/2004 CNE/CP, que releva as ações de valorização da identidade e reconhecimento da cultura negra, potencializando, dessa maneira, a apropriação da política na Educação Infantil. Consoante ao estudioso, essa prática deve oportunizar espaços positivos para as diferenças étnico-raciais na Educação Infantil, contemplando a diversidade cultural e o pertencimento étnico-racial.

Nesse caminhar, Subtil e Gomes (2023), em concordância com as observações de Gomes (2007), salientam que a construção de uma escola democrática requer a reestruturação do sistema de ensino de forma geral. De acordo com as autoras, a possibilidade de instauração de uma formação docente e discente democrática depende estritamente da articulação entre currículo, tempos e espaços escolares. Ademais, é necessário que as equipes pedagógicas sejam qualificadas e comprometidas.

Subtil e Gomes (2023) afirmam que a lei n.º 10.639/2003 foi um ganho de extrema pertinência social. Porém, a ausência de formação específica, a falta de planejamento das ações coletivas e a carência de materiais didáticos e aprofundamento teórico adequados tornam a legislação insustentável, posto que esses fatores impedem o desenvolvimento do trabalho pedagógico de modo efetivo, fazendo com que a valorização da cultura negra esteja cada vez mais distante do ambiente escolar e da sociedade em geral.

No tocante à supracitada lei, a pesquisa etnográfica realizada com professores(as) de duas escolas da cidade de São Paulo, conduzida por Corsino (2021), assevera que há um desconhecimento do conteúdo da lei pela maioria dos docentes entrevistados e que, quando estes conhecem, não compreendem o valor da concretização desse marco legal. Corsino (2021, p. 1) evidencia que alguns elementos, como “péssimas condições de trabalho, falta de formação continuada e desinteresse pelo tema[,] podem assumir papel central na dificuldade de implementação de uma educação antirracista”.

O estabelecimento de uma pedagogia antirracista, na perspectiva de Corsino (2021, p. 5), leva em consideração uma educação igualitária, que valoriza e reconhece a importância da cultura negra. Em referência aos desafios e obstáculos da implementação das leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, Borja e Pereira (2018, p. 245) problematizam dizendo que, na contemporaneidade, as formas coloniais de saber-poder ainda influenciam esse cenário.

Somos herdeiros das relações coloniais impostas por séculos. Um movimento que sequestrou nossa cultura e vilipendiou nossos conhecimentos numa tentativa de apagamento histórico das nossas trajetórias de lutas e resistências. Corroborando a asserção de Borja e Pereira (2018, p. 245), “a história da educação no Brasil é herdeira das relações de poder-saber atreladas ao epistemicídio e ao racismo decorrentes da colonização”. Essa realidade, ainda presente nas instituições educacionais, perpetua as discriminações e os preconceitos em relação às crianças negras.

Segundo Cruz (2024, p. 18), as duas décadas da lei n.º 10.639 “demarcam um avanço inequívoco da ação antirracista cuja finalidade inegavelmente ocorre pela educação”. A pesquisadora aduz a relevância desse debate no âmbito da Educação Infantil a fim de apreendermos o basilar papel da educação para as Relações Étnico-raciais na constituição de uma sociedade antirracista.

Ainda em conformidade com a autora, houve um avanço na produção acadêmica acerca das crianças, infâncias e Relações Étnico-raciais. Cruz (2024) realça o papel da escola e universidade nesse contexto, pontuando que a tarefa a elas atribuída concerne a uma análise histórica, crítica e reflexiva sobre a condição das pessoas negras e não negras e sua relação com a educação.

Na seção seguinte, delineamos o percurso metodológico deste trabalho.

Percurso investigativo

O propósito deste artigo consistiu em identificar e analisar as pesquisas acadêmicas no campo da educação que abordam a temática da Educação Infantil e das Relações Étnico-raciais. Para a composição de nosso *corpus*, realizamos uma busca nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da Capes, utilizando o operador booleano AND seguido dos descritores: “educação infantil” AND “racismo”, “infância” AND “racismo”.

A escolha pelas referidas bases de dados se justifica por concentrarem estudos relevantes e reunirem artigos científicos dos principais periódicos no campo educacional. O levantamento foi feito no período de outubro a dezembro de 2023, considerando o recorte temporal dos últimos cinco anos (2019 a 2023).

Na busca, obtivemos um total de 42 artigos ligados ao tema do racismo, das infâncias e da Educação Infantil. Após a filtragem, o critério adotado para a seleção dos 10 artigos lidos e analisados foi a relação direta com os objetivos da pesquisa, que se firmam na Educação Infantil e nas Relações Étnico-raciais, excluindo tópicos outros distantes de nosso intento, portanto. Para um melhor detalhamento da investigação bibliográfica, foram usados filtros de busca na base de dados, priorizando os títulos dos artigos, os resumos e os trabalhos publicados em língua portuguesa e revisados por pares.

Posterior a essa etapa, procedemos à leitura de todo o material e, como critério de inclusão, incorporamos os artigos conectados à questão de estudo. Os textos repetidos e/ou não condizentes com a proposta foram excluídos, de modo que a análise dos resultados considerou os artigos relacionados aos objetivos traçados mediante leitura crítica dos textos selecionados.

A seguir, apresentamos o que dizem as pesquisas da área de educação sobre Educação Infantil e Relações Étnico-raciais.

O que dizem as pesquisas em educação acerca da Educação Infantil e Relações Étnico-raciais?

Após abordarmos o conceito de infâncias pensado pela Sociologia da Infância, identificarmos a importância do estudo das Relações Étnico-raciais para essa etapa da Educação Básica e contextualizarmos legislativamente a urgência da promoção de uma educação antirracista na Educação Infantil, expomos, nesta seção, os resultados obtidos por meio da pesquisa realizada nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da Capes.

A partir dos dados encontrados em nosso levantamento bibliográfico, elaboramos dois quadros com as informações extraídas a fim de facilitar a análise, bem como permitir melhor visualização dos estudos localizados. O primeiro quadro contém o quantitativo de materiais encontrados nas bases de dados, com indicativo numérico dos que foram selecionados para leitura completa. Já o segundo quadro descreve os artigos com destaque para o título do trabalho, os autores, o tipo de trabalho, o ano de publicação, o título do periódico e a base de dados.

Vejamos o Quadro 1:

Quadro 1 - Quantitativo de materiais para o estudo.

Base de dados (leitura do título e resumo)	Quantidade localizada	Quantidade selecionada para leitura completa
Scielo (artigos)	5	2
Portal de Periódicos da Capes (artigos)	37	10
Total	42	10

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2023).

Nas bases de dados, foram localizados um total de 42 artigos, dos quais 10 foram selecionados para a leitura completa de acordo com os critérios de inclusão. Cabe mencionar que dois dos artigos escolhidos estão localizados tanto no Portal de Periódicos Capes quanto na base Scielo. O Quadro 2 sintetiza os achados:

Quadro 2 - Pesquisas localizadas nas bases de dados Scielo e Portal de Periódicos da Capes (2019-2023).

	Título	Autores	Tipo	Ano	Periódico (qualis)	Base de dados
1	Um alerta feminista para a educação das crianças pequenas: contra os “rachismos” na infância	Esteves, Vivian Colella	Artigo	2020	Revista Zero-a-Seis (A3)	Capes
2	“Não é Nenê, ela é preta”: Educação Infantil e Pensamento Interseccional	Santiago, Flavio	Artigo	2020	Educação em Revista (A1)	Scielo
3	Feminismo Negro e Pensamento Interseccional: contribuições para as pesquisas das Culturas Infantis	Santiago, Flávio; Faria, Ana Lúcia Goulart de	Artigo	2021	Educação & Sociedade (A1)	Scielo
4	Educação para Relações Étnico-raciais na Educação Infantil: a História de Sophia	Raimundo, Alessandra Cristina; Terra, Dinah Vasconcellos	Artigo	2021	Revista Movimento (B1)	Capes
5	Educação Infantil: o Ensino das Relações Étnico-raciais	Bispo Imara Queiroz	Artigo	2021	Revista Apoteke (A3)	Capes
6	De pequenino se torce o pepino: eliminar a discriminação desde a infância e a Educação Infantil	Matos, Patrícia Ferraz de; Mwewa, Christian Muleka	Artigo	2023	Revista Zero-a-Seis (A3)	Capes
7	Ajude-me a fazer parte: por uma prática pedagógica antirracista na Educação Infantil	Borges, Juliana Moreira; Maletta, Ana Paula Braz	Artigo	2023	Revista Zero-a-Seis (A3)	Capes
8	Rasuras e Perspectivas Macumbísticas Para Uma Educação Infantil Inclusiva e Antirracista	Lima, Norma Silvia Trindade; Lima, Mariana Semião	Artigo	2023	Revista Zero-a-Seis (A3)	Capes

9	Infâncias, experiências e os sentidos de ser criança negra na Educação Infantil	Silva, Alex Sander da; Furlan, Marta Regina	Artigo	2023	Revista Zero-a-Seis (A3)	Capes
10	Crianças negras e Relações Étnico-raciais: uma análise de pesquisas no campo da educação	Feital, Lisa Minelli; Soares, Ademilson de Sousa	Artigo	2023	Revista Educação Popular (A4)	Capes

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelos autores (2023).

Os resultados revelam um significativo número de pesquisas publicizadas em 2023, com um total de cinco artigos em periódicos classificados como A3 e A4. Em 2021, verificamos três trabalhos em periódicos A1, A3 e B1 e em 2020, dois artigos em revistas A1 e A3. Em termos de localização geográfica, dispomos de sete artigos oriundos da região Sul e de três da região Sudeste. Vale afirmar que não encontramos artigos publicados em periódicos pertencentes às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tendo em vista o mapeamento dos estudos descritos no Quadro 2, realizamos a leitura dos textos selecionados, considerando os resumos, a introdução, o método e os resultados. Essa etapa demandou um investimento em fichamentos de cada artigo para facilitar a análise posterior. Houve também, nessa etapa, o exercício do diálogo com a literatura especializada, que se mostrou fundamental para as reflexões empreendidas no decorrer das análises. Os resultados apontam um considerável número de pesquisas publicadas nos últimos cinco anos (2019-2023), as quais exploram diferentes temáticas no contexto das Relações Étnico-raciais e da Educação Infantil.

Análise e discussão

As marcas do racismo na escola e seus desdobramentos na vida dos sujeitos foram abordadas por Nilma Lino Gomes, conforme o excerto:

[...] as experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória (Gomes, 2003, p. 176).

Nessa linha de raciocínio, as memórias de práticas racistas às quais crianças negras são expostas na Educação Infantil afetam significativamente sua presença e participação no mundo. A Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica é um momento de passagem da esfera de cuidados e afetos da vida privada para as descobertas e os primeiros contatos da vida pública mediados pela estrutura escolar. É nessa etapa que o racismo e as práticas racistas alcançam as crianças, introjetando-lhes sentimento de auto rejeição pelo cabelo, pela cor da pele e pelo corpo negro. Diante dessa situação, o nosso interesse de pesquisa esteve voltado para os estudos que abordassem conceitos, experiências e considerações acerca da promoção de uma educação antirracista na Educação Infantil.

O primeiro artigo analisado foi o de Santiago e Faria (2021), intitulado *Feminismo negro e pensamento interseccional: contribuições para as pesquisas das culturas infantis*. A partir do pensamento feminista negro, o objetivo foi contribuir com os estudos da produção de culturas infantis referentes à participação das crianças desde a pequena infância na construção da realidade social, trazendo para a cena crianças com idade entre 0 a 3 anos, de uma creche pública, e as suas reinterpretações a respeito das intersecções entre as práticas racistas e sexistas.

Santiago e Faria (2021) utilizam o feminismo negro como lente teórica para entender as diversas performances que são evidenciadas na conjuntura da Educação Infantil intraescolar. Ao assumir esse lugar, os autores tratam da realidade que as crianças pequeninhas enfrentam nas creches e pré-escolas como possibilidade de pensar a sociedade em suas diversas facetas discriminatórias e “pensar o contexto social de um modo interseccional” (Santiago; Faria, 2021, p. 6).

As brincadeiras e as vivências das crianças pequeninhas foram interpretadas à luz do seu protagonismo, enxergado para além do olhar adultocentrado das docentes. Práticas sexistas e racistas se manifestaram ao longo dos relatos compilados no diário de campo de Santiago. Em seus artigos (Santiago, 2020, 2021), esses relatos foram problematizados pelo viés feminista negro e interseccional.

Nesse enfoque, a pesquisa de Flávio Santiago (2020), “*Não é nenê, ela é preta*”: *educação infantil e pensamento interseccional*, visou colaborar com os trabalhos da Educação Infantil, averiguando as intersecções entre o processo de racialização e as

relações de gênero, idade e classe social estabelecidas no cotidiano de uma creche pública que atende crianças de 0 a 3 anos.

Santiago (2020) declara, em sua escrita, a necessidade de pensar as crianças bem pequenas, meninas ou meninos, negras ou brancas, no contexto social em que estão inseridas, o qual é marcado pela diferenciação de raças, de classes sociais e de gênero advinda dos sistemas segregantes (patriarcado, capitalismo, racismo). Sobre a questão, Coelho e Ferreira (2023) aludem que, na Educação Infantil, os preconceitos são manifestos principalmente por meio de brincadeiras espontâneas, relações corporais e de afeto. Segundo Corsaro (2011), as crianças reproduzem a cultura e a sociedade em que estão situadas, mas também interpretam e constroem, à sua maneira, a realidade social.

Esse último autor define a cultura de pares como “um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com as demais” (Corsaro, 2011, p. 129). Nessa ótica, em contraposição ao conceito de socialização da Sociologia, compreendido como adaptação e internalização do mundo adulto, a Sociologia da Infância perspectivada por Corsaro (2011) entende as crianças como partícipes da sociedade, capazes de inovar, criar e interpretar o mundo ao seu redor.

A noção de reprodução interpretativa cunhada pelo pesquisador resume-se à percepção de que “as crianças criam e participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações” (Corsaro, 2011, p. 31). Assim sendo, o termo faz menção à ideia de que “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas *contribuem ativamente para a produção e mudança culturais*” (p. 31) (grifos do autor).

Nesse mesmo entendimento, Dip e Tebet (2019, p. 37) advogam que, “ao mesmo tempo que a infância não é algo natural e universal, as crianças, assim como os adultos, também constroem um discurso social e historicamente situado, ou seja, produzem uma cultura local e singular no interior dos seus grupos de pares infantis”. É possível perceber que a infância, enquanto categoria teórica, é construída socialmente e, portanto, é modificada a cada época e realidade.

Já o artigo de Lima e Lima (2023), denominado *Rasuras e perspectivas macumbísticas para uma educação infantil inclusiva e antirracista*, almejou pensar a Educação Infantil como um território-terreiro privilegiado, consistindo-se em um espaço de possibilidades para discutir o racismo epistêmico em nossa sociedade. No decorrer do texto, as autoras problematizam a neutralidade ou a falsa ingenuidade presente na prática docente, ressaltando que as professoras não “percebem a amplitude em que a mediação política de suas práticas possa operar” (Lima; Lima, 2023, p. 414).

Ao analisarmos os artigos supramencionados, podemos compreender que a ausência de discussões sobre o racismo na Educação Infantil não é uma práxis imbricada de neutralidade, muito pelo contrário. Como preceitua Lima (2013), não há ingenuidade nessa omissão – é um silenciamento com finalidade existente para perpetuar um sistema racista, patriarcal, capitalista e marcado pela colonialidade.

Não tratar desse tema é reforçar o preconceito racial arraigado na sociedade brasileira. Sob esse quadro, a fuga esgota a pauta da negritude e, conseqüentemente, da infância negra, dificultando que crianças negras se afirmem nessa condição (Silva; Furlan, 2023). Por isso, assegurar que as situações de racismo e preconceito não ocorram sistematicamente com as crianças negras nos espaços de Educação Infantil deve ser um compromisso de todo(a) educador(a). Nesse ínterim, o Plano Nacional de Implementação da Lei n.º 10.639/2003 preconiza que a Educação Infantil se constitui como:

espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação racial. Isso faz com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira (Brasil, 2013, p. 48-49).

No campo educacional, professoras e professores precisam reconhecer silenciamentos e práticas que reforçam, reafirmam e contribuem para variadas formas de exclusão e de assédio racistas, impetrados contra os sujeitos destinatários da Educação Infantil (Raimundo; Terra, 2021).

Nessa lógica, é recomendado que, desde os anos iniciais da Educação Básica, seja possível que populações marginalizadas, subalternizadas e vítimas do processo de racialização usufruam da condição de sujeitos de direitos, “[...] possibilitando a

problematização da hegemonia de uma geopolítica do conhecimento colonial, racista e eurocentrado na Educação Infantil” (Lima; Lima, 2023, p. 419). A ideologia da harmonia racial vigente no Brasil precisa ser superada, enxergando as marcas estruturais do racismo. Em congruência com bell hooks, o racismo está internalizado na nossa consciência coletiva (hooks, 2019).

Compreendemos, diante do cenário posto, que o espaço escolar é excludente e reforçador do racismo e preconceito, prejudicando crianças, jovens e adultos no acesso ao conhecimento socialmente acumulado, disseminando uma visão universal de cultura e de ciência com base em uma história única (Adichie, 2009). Em vista disso, Carvalho e França (2019) asseveram que o tema das questões raciais precisa estar presente na formação de professores a fim de auxiliar a transformação dessa realidade, sendo a escola o local promissor para o debate e a superação do racismo.

Nos ambientes educativos, a autoestima da criança negra deve ser trabalhada de forma persistente, conforme defendem Raimundo e Terra (2021) no artigo *Educação para Relações Étnico-raciais na educação infantil: a história de Sophia*, cujo propósito é problematizar a história e cultura africana e as representações das estéticas negras. Ao observarem uma menina negra sofrendo racismo devido ao seu cabelo, as autoras passam a abordar a temática afro-brasileira em suas práticas pedagógicas nas aulas de Educação Física.

Tal como Raimundo e Terra (2021), Silva e Furlan (2023), em *Infâncias, experiências e os sentidos de ser criança negra na educação infantil*, refletem sobre racismo e infâncias a partir de três temas: infâncias, experiências e sentidos de ser criança negra na Educação Infantil. Os pesquisadores sublinham a importância de se “discutir sobre o racismo nos ambientes educativos e, caso isso não aconteça, não há como buscar avanço educacional sem trabalhar a autoestima da criança negra” (2023, p. 102).

Referente ao racismo manifestado na Educação Infantil, as ideias de Moreira-Primo e França (2020) reforçam as nossas conclusões, na medida em que práticas discriminatórias se concretizam nesse espaço mediante o tratamento diferenciado que as(os) professoras(es) atribuem às crianças brancas, as quais são valorizadas, elogiadas e tratadas com carinho, enquanto as crianças negras são excluídas, invisibilizadas e esquecidas. A

Educação Infantil, nesse caminhar, deveria ser um lugar de acolhida, respeito, afeto, empatia e reconhecimento das singularidades de cada criança, e não de diminuição do seu potencial.

Nos artigos de Silva e Furlan (2023) e de Raimundo e Terra (2021), a valorização das culturas, tradições, religiões, belezas e cores negras são exemplos de práticas positivas de promoção de uma educação antirracista. A representatividade nos brinquedos, nas brincadeiras e nos artefatos (como materiais de colorir com diferentes cores de peles) são fundamentais para que as crianças negras se reconheçam e para que as brancas, por sua vez, percebam a pluralidade de sujeitos que há na sociedade. Nos dizeres de Silva e Furlan (2023, p. 102), “[...] a criança negra precisa ser acolhida na sua autoimagem quanto com a imagem do outro, na sua diversidade étnica, na sua história e do seu povo [...]”.

Silva (2017) acrescenta frisando que a Educação Infantil, por um longo tempo, organizou suas práticas desconhecendo a diferença, pautando-se numa perspectiva universal de escola. A pesquisadora, ao citar Silva Júnior (2012), destaca que, apesar de existir uma preocupação com a formação de professores e gestores no que concerne à diversidade étnico-racial, as ações realizadas na Educação Infantil são equivocadas, pois se limitam a uma perspectiva combativa ao racismo, de enfrentamento da discriminação, quando a Educação Infantil pode realizar muito mais.

Concordamos com as autoras e depreendemos que, para além dessas ações, por nós consideradas legítimas, somos favoráveis a uma nova postura, em que a valorização da identidade da criança negra, o respeito à sua cultura e ancestralidade e a potencialização das histórias positivas de sua cultura sejam, de fato, elementos a serem trabalhados no cotidiano da Educação Infantil. É dessa maneira que a desconstrução de tabus e estereótipos associados à história do povo negro efetivamente se concretizará.

Um caminho a ser trilhado envolve a busca de uma reflexão diversa sobre diferentes culturas, etnias, movimentos sociais, proporcionando às crianças, tanto negras quanto brancas, a compreensão da diversidade, da pluralidade de belezas, de tradições, histórias etc. “É preciso ressignificar o sentido da educação da criança negra, para que esta possa efetivamente ser envolvida pelo processo de respeito, valorização e humanização” (Silva; Furlan, 2023, p. 108).

Outrossim, em *Um alerta feminista para a educação das crianças pequenas: contra os “rachismos” na infância* (2020), de Vivian Collela Esteves, é feita uma breve análise dos artigos que compuseram o livro organizado por Adriana Alves Silva, Ana Goulart de Faria e Daniela Finco. O objetivo da obra é discorrer sobre as infâncias, as relações de gênero e de classe, além das relações etárias e étnico-raciais, enfatizando a Educação Infantil como lugar privilegiado para a superação das desigualdades.

Em especial, o artigo intitulado *Memórias de uma menina negra: o que podemos aprender sobre Relações Étnico-raciais?*, de Yvone Costa de Souza (2019), vai ao encontro da discussão teórica levantada neste texto. A autora argumenta ser essencial que os docentes assumam o compromisso de combater o racismo, de conscientizar os discentes pequenos sobre as diferenças e de evitar práticas racistas.

Nessa perspectiva, Bispo (2021), em *Educação Infantil: o ensino das Relações Étnico-raciais*, versa sobre a promoção do ensino das Relações Étnico-raciais, assinalando a relevância dos negros na construção da sociedade brasileira para estudantes da Educação Infantil. Tendo como referência Munanga (2005), Bispo (2021) realça que o professor da Educação Básica deve identificar e corrigir estereótipos, propondo um processo de aceitação e orgulho dos seus traços e do grupo étnico-racial ao qual os discentes pertencem.

Além disso, Matos e Mwewa (2023), em *De pequenino se torce o pepino: eliminar a discriminação desde a infância e a educação infantil*, introduzem o dossiê denominado *Infâncias, Racismos e Educação Infantil*, que tenciona contextualizar a necessidade de promover uma educação antirracista.

Semelhantemente, o artigo de Borges e Maletta (2023), intitulado *Ajude-me a fazer parte: por uma prática pedagógica antirracista na educação infantil*, apresenta uma perspectiva docente acerca da prática pedagógica antirracista na Educação Infantil. A abordagem proposta não se restringe à celebração de datas específicas, como o 20 de novembro, já que visa enaltecer os negros em nossa sociedade. Destarte, para elas, “conhecer as leis, a história da população negra e a herança dos povos africanos e suas culturas para a formação do Brasil é fundamental para construção de práticas pedagógicas [antirracistas]” (Borges; Maletta, 2023, p.136).

Por fim, e na mesma direção, Feital e Soares (2023), em *Crianças negras e Relações Étnico-raciais: uma análise de pesquisas no campo da educação*, preconizam que o silêncio em torno do racismo somente pode ser combatido com a ampliação dos estudos concernentes a esse tema. Os autores ressaltam que as pesquisas a respeito de alunos negros da Educação Infantil são bastante escassas e que as crianças negras, em virtude da invisibilidade presente nas escolas, são consideradas menos cidadãs.

Nessa esteira, Silva (2017, p. 60) afirma que “as práticas vivenciadas na Educação Infantil podem possibilitar à criança e negra a descoberta do seu pertencimento étnico-racial de uma maneira positiva, bem como podem auxiliar as não negras a se relacionarem bem com a diferença”. Tal assertiva permite-nos refletir sobre a potência da Educação Infantil como etapa fundamental na vida da criança, em que são vislumbradas inúmeras possibilidades de trabalho com a temática da diversidade e diferença. Ademais, é uma oportunidade de explorar o universo lúdico, literário e cultural das crianças.

Após a análise dos artigos supracitados, podemos concluir que é preciso promover, nas instituições de Educação Infantil, o sentimento de pertencimento nas crianças. Que sejam quebrados os silêncios e que o racismo estrutural presente em nossa sociedade seja uma pauta inafastável do debate nas escolas, assim como a valorização das crianças e de suas infâncias seja a tônica do trabalho pedagógico nessa etapa da Educação Básica.

Considerações finais

Este artigo objetivou: 1) identificar a produção acadêmica dos últimos cinco anos sobre a temática Educação Infantil e Relações Étnico-raciais e 2) analisar o que foi produzido sob a ótica do referencial teórico adotado e a abordagem tratada neste texto.

Advogamos que a reflexão sobre essa temática exige um compromisso político e pedagógico com uma educação antirracista, sobretudo na Educação Infantil. A questão-problema que nos instigou a pesquisar nos possibilitou conhecer as produções acadêmicas do campo educacional no recorte temporal de 2019 a 2023, cujo enfoque é Educação Infantil e Relações Étnico-raciais. Isso nos permitiu, pois, uma imersão nos debates teóricos e conceituais, fundamentais para compreender as colaborações dessa esfera de estudo no que tange, especificamente, à educação, às relações raciais e às infâncias.

Quanto ao aspecto metodológico, a pesquisa bibliográfica nas bases de dados contribuiu para o mapeamento das publicações científicas, bem como para conhecer as discussões relativas ao tópico aqui contemplado, lançando luz e novas perspectivas de análise. As evidências apontaram pouca produção na área, considerando o contexto recente das políticas de Educação Infantil e das legislações concernentes às questões raciais. Embora seja possível constatar o progresso das discussões após duas décadas da promulgação da lei n.º 10.639/03, ainda assim, as investigações no domínio da Educação Infantil são incipientes do ponto de vista do marco legal e das diretrizes dela oriundas.

Vale salientar o esforço teórico e metodológico de diversos(as) pesquisadores(as) do campo em dar visibilidade aos trabalhos étnico-raciais na Educação Infantil, indicando as lacunas, os limites, os desafios e as fragilidades. Ao mesmo tempo, os(as) autores(as) destacam os avanços, a valorização da cultura afro-brasileira, a valorização da identidade e autoestima da criança negra, a representatividade, a musicalidade, as brincadeiras afro-referenciadas e a ancestralidade, rompendo com um imaginário escravocrata e com estereótipos associados ao povo negro.

Um ponto importante que consideramos ao desenvolver a pesquisa refere-se à categoria formação docente para uma educação antirracista. O enfrentamento do racismo e o combate a todo tipo de preconceito e discriminação na etapa da Educação Infantil deve ser assumido por todos os profissionais que ali atuam e, além disso, ser responsabilidade de gestores, funcionários, estudantes e familiares. Compreendemos que, na Educação Infantil, o objetivo não é explicar tão somente o que seja o racismo para as crianças, mas enaltecer as qualidades, conquistas e resistências da população negra, oportunizando imagens positivas da história e da cultura afro-brasileira.

À vista disso, esperamos que este artigo possa contribuir para fomentar debates e reflexões sobre as crianças negras no contexto da Educação Infantil, auxiliando pesquisadores(as) e professores(as) a repensarem teórica e metodologicamente suas práticas pedagógicas e a urgência de firmar um compromisso com uma educação equânime e de qualidade para todas as crianças negras e não negras.

Nosso propósito foi, então, apresentar as pesquisas em educação que fomentam a discussão e que, principalmente, sinalizam caminhos para a valorização da educação para

as Relações Étnico-raciais na Educação Infantil. Outrossim, elas nos provocam a lutarmos por uma sociedade mais justa e uma escola mais acolhedora e respeitadora da diversidade humana.

Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo da história única**. TEDGlobal. YouTube, 07 de outubro de 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qDovHZVdyVQ>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, L.; TEIXEIRA, D.; SANTOS, W. N. dos. Educação da infância e combate ao racismo: a implementação da Lei nº 10.639/2003 na percepção de professores e professoras. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.103, n.264, p.450-465, 2022.

ALVES, N. N. de L.; BARBOSA, I. G.; RIBEIRO, N. S. B. Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Infantil em documentos nacionais. **Revista Contemporânea de Educação**, v.11, n.22, p.312-331, 2016.

ANDRADE, A. B.; DIAS, L. R. Agora vou contar o meu conto para vocês”: Meninas negras, Youtube e Resistência. In: SILVA, O. H. F. da (org.). **Infâncias, Educação Infantil e Relações Étnico-raciais: possibilidades e desafios nos 20 anos da lei 10.639/2003**. Petrolina: IF Sertão PE, 2024, p. 263-28.

BISPO, I. Q. Educação Infantil: o ensino das Relações Étnico-raciais. **Revista Apotheke**, v.7, n.3, p.96-109, 2021.

BORJA, M. E. L.; PEREIRA, C. D. As leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08: reflexões a partir do pensamento crítico acerca da colonialidade do saber. **Cenas Educacionais**, v.1, n.1, p.242-270, 2018.

BRAGA, A. O.; GONÇALVES, M. A. R. Práticas docentes e relações raciais em uma creche do município do Rio de Janeiro. **Cadernos do Lepaarq**, v.17, n.34, p.26-43, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Brasília: Casa Civil, 1996.

BRASIL **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.**

Brasília: MEC, 2013.

BORGES, J. M.; MALETTA, A. P. B. Ajude-me a fazer parte: por uma prática pedagógica antirracista na Educação Infantil. **Revista Zero-a-Seis**, v.25, n.47, p.133-156, 2023.

CARVALHO, D. M. S.; FRANÇA, D. X. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Educação & Formação**, v.4, n.12, p.148-168, 2019.

CARVALHO, T. R. Políticas de promoção da igualdade racial na Educação Infantil: relatos da formação continuada em Florianópolis/SC. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v.7, n.12, p.202-222, 2013.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil.** 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, W. N. B.; FERREIRA, A. M. S. A ERER na educação básica: o trato com a diversidade cultural em uma escola paraense (2014-2020). **Interfaces da Educação**, v.13, n.39, p.525-546, 2023.

CORSARO, W. O estudo sociológico da infância. In: CORSARO, W. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 13-72.

CORSINO, L. N. O ensino de história e cultura afro-brasileira na concepção de docentes de duas escolas da rede estadual de São Paulo. **Cenas Educacionais**, v.4, n.10794, p.1-17, 2021.

CRUZ, A. C. J. Criança(s) e infância(s) e educação das Relações Étnico-raciais: duas décadas da lei 10.639/03. In: SILVA, O. H. F. (org.). **Infâncias, Educação Infantil e Relações Étnico-raciais: possibilidades e desafios nos 20 anos da lei 10.639/03.** Petrolina: IF-Sertão, 2024. p.18-27.

DIAS, L. R. Considerações para uma educação que promova a igualdade étnico-racial das crianças nas creches e pré-escolas. **Revista Eletrônica de Educação**, v.9, n.2, p.567-595, 2015.

DIAS, L. R. Formação de professores, Educação Infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres. In: BENTO, M. A. S. (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: CEERT, 2012. p. 178-193.

DIAS, L. R. **No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo.** 2007. 321 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIP, F. F.; TEBET, G. G. de C. Sociologia da Infância, Protagonismo Infantil e Cultura de Pares: um mapeamento da produção acadêmica sobre o tema. **Zero-a-Seis**, v.21, n.39 p.31-50, 2019.

ESTEVES, V. C. Um alerta feminista para a educação das crianças pequenas: contra os “rachismos” na infância. **Revista Zero-a-Seis**, v.22, n.esp., p.1515-1529, 2020.

FEITAL, L. M.; SOARES, A. S. Crianças negras e relações étnico-raciais: uma análise de pesquisas no campo da educação. **Revista de Educação Popular**, v.22, n.2, p.42-62, 2023.

FERREIRA, N. T. Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v.27, n.104, p.476-498, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, v.29, n.1, p.167-182, 2003.

GOMES, N. L. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (org.). **Indagações sobre o currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007, p. 17-47.

GOMES, T. R.; SANTANA, D. R. Professoras de Educação Infantil em início de carreira: perspectivas e desafios. **Cenas Educacionais**, v.3, n.e9506, p.1-25, 2020.

HOOKS, B. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

LIMA, N. S. T. Para pensar a educação: sobre produção de subjetividades, afetos e girassóis. **Série-Estudos-UCDB**, n.36, p.177-187, 2013.

LIMA, N. S. T.; LIMA, M. S. Rasuras e Perspectivas Macumbísticas para uma Educação Infantil Inclusiva e Antirracista. **Revista Zero-a-Seis**, v.25, n.47, p.409-428, 2023.

MARINHO, C.; MARTINS, E. Educação Infantil e Relações Étnico-raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. **Educação e Cultura Contemporânea**, v.13, n.34, p.42-63, 2017.

MATOS, P. F.; MWEWA, C. M. De pequenino se torce o pepino: eliminar a discriminação desde a Infância e a Educação Infantil. **Revista Zero-a-Seis**, v.25, n.47, p.3-15, 2023.

MORUZZI, A. B.; ABRAMOWICZ, A. Infância, Raça e Currículo: alguns apontamentos sobre os documentos brasileiros para Educação Infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, v.10, n.19, p.199-214, 2015.

MOREIRA-PRIMO, U. S.; FRANÇA, D. X. de. Efeitos do racismo na trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em Educação**, v.12, n.26, p.176-198, 2020.

MUNANGA, K. (org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

NOGUERA, R. Denúncias e pronúncias: estudos afroperspectivistas sobre infâncias e educação das Relações Étnico-raciais. **Childhood & Philosophy**, v.16, n.36, p.1-22, 2020.

OLIVEIRA, A. D. S.; NOGUEIRA, A. F. S. A criança negra e os documentos publicados pelo Ministério da Educação no período de 1960 a 2000. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.104, n.e5413, p.1-16, 2023.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e "paparicação". **Educação em Revista**, v.26, n.2, p.209-226, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2010.

PINHO, V. A.; SANTOS, S. L. Um estudo sobre crianças negras no contexto da Educação Infantil. **Revista da Faculdade de Educação**, v.22, n.2, p.81-98, 2014.

RAIMUNDO, A. C.; TERRA, D. V. Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação

Infantil: a história de Sophia. **Movimento**, v.27, p.e27018, 2021.

SANTIAGO, F. Políticas educacionais e Relações Étnico-raciais: contribuições do parecer 143 CNE/CP3/2004 para a Educação Infantil. **Revista Online de Política e Gestão Educacional**, n.14, p.25-44, 2013.

SANTIAGO, F. “Não é nenê, ela é preta”: Educação Infantil e Pensamento Interseccional. **Educação em Revista**, v.36, p.1-25, 2020.

SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. Feminismo Negro e Pensamento Interseccional: contribuições para as pesquisas das Culturas Infantis. **Educação & Sociedade**, v.42, p.1-18, 2021.

SANTOS, J. B. O financiamento da educação e a Educação Infantil. In: VIEIRA, E. P.; ALVES, C. M. S. D.; SEDANO, L. (org.). **A Educação Infantil em debate**. Curitiba: CRV, 2016. p.27-46.

SARMENTO, M. J. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, V. M. R. de; SARMENTO, M. J. (org.). **Infância (In)Visível**. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2007. p. 25-49.

SILVA JÚNIOR, H. Anotações conceituais e jurídicas sobre Educação Infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, M. A. S. (org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. p. 65-80.

SILVA, A. S.; FURLAN, M. R. Infâncias, experiências e os sentidos de ser criança negra na Educação Infantil. **Revista Zero-a-seis**, v.25, n.47, p.92-111, 2023.

SILVA, O. H. F. (org.). **Infâncias, Educação Infantil e Relações Étnico-raciais: possibilidades e desafios nos 20 anos da lei 10.639/03**. Petrolina: IF-Sertão, 2024. E-book (311p.) color.

SILVA, T. R. A valorização da identidade da criança e negra desde a Educação Infantil. **Caderno de Estudos Sociais**, v.32, n.2, p.53-75, 2017.

SOUZA, Y. C. Memórias de uma menina negra: o que podemos aprender sobre relações etno-raciais? In: SILVA, A. A.; FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (org.). **“Isso aí é racismo! Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p.145-158.

SUBTIL, R. S. F.; GOMES, L. F. R. A Lei 10.639/03 e a ausência da Educação das Relações Étnico-raciais no currículo da Educação Infantil. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v.10, p.21-34, 2024.

VIEIRA, E. P. A importância dos Conselhos Municipais na garantia dos direitos das crianças à Educação Infantil. In: VIEIRA, E. P.; ALVES, C. M. S. D.; SEDANO, L. (org.). **A Educação Infantil em debate**. Curitiba: CRV, 2016. p. 17-25.

VILA NOVA, A. Violação dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil: o racismo como fator preponderante. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v.16, n.32, p.189-208, 2023.